

A educação do jovem trabalhador em face das exigências do trabalho na contemporaneidade: A necessidade de repensar a gestão na educação

Resumo

O artigo focaliza a problemática da juventude socioeconomicamente desfavorecida, que nem sempre tem acesso ao ensino regular, nem condições de continuar os estudos, abandonando a escola e perdendo a possibilidade de ampliar seus conhecimentos. Os jovens se vêem, portanto, diante de problemas e de desafios que decorrem tanto do sistema educacional brasileiro como das novas exigências do mundo do trabalho na sociedade contemporânea. Verifica-se

a necessidade urgente de definição de políticas públicas numa perspectiva de integração educação/trabalho, bem como de se repensar a gestão nas escolas, para que se possa enfrentar os desafios do desenvolvimento das sociedades modernas, em decorrência do processo de globalização e de democratização das relações sociais, do avanço científico e tecnológico, com gestores capazes de uma ação participativa.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Trabalho. Integração educação/trabalho. Política educacional. Gestão participativa.

Ruth da Cunha Pereira
Doutora em Educação,
Professora do Programa de
Mestrado em Educação da
Universidade Estácio de Sá -
Rio de Janeiro
rutp@globol.com@bol.com.br

Therezinha de Jesus Conde
Pinto

Mestre em Educação, Professora
do do Curso de Graduação -
Licenciatura da Universidade
Estácio de Sá - Rio de Janeiro
te.conde@terra.com.br

Education of the young adults facing the requirements of the work in contemporaneity: The need to rethink education management

Abstract

This article focuses on the issue of socially and economically unfavoured youths who can neither attend regular learning nor continue it, thus dropping out of school and losing the possibility to further their knowledge. For this reason the youths face problems and challenges that arise both from the Brazilian educational system and from the world's new contemporary work demands. It's also clear the urgency of defining professional educational policies that view an integration of both education and work and also rethink school

management with managers capable of developing participative actions, in order to face contemporary development challenges of modern societies, which are a result of the globalization process, the democratization of social relations, and technological and scientific progress.

Key words: Adult education. Work. Education-work integration. Educational policies. Participative management.

La educación del joven adulto en relación a los requerimientos del mundo del trabajo: La necesidad de repensar la gestión de la educación

Resumen

El artículo tiene como foco la cuestión de la juventud socioeconómicamente desfavorecida, que no siempre tiene acceso a la enseñanza regular, tampoco condiciones de seguir sus estudios, abandonando la escuela y perdiendo la posibilidad de ampliar sus conocimientos. Los jóvenes están, así, delante de problemas y desafíos que vienen tanto del sistema educacional como de las nuevas exigencias del mundo del trabajo en la sociedad contemporánea. Uno puede darse cuenta de la necesidad urgente de una definición de políticas públicas para integrar educación y trabajo, y además de repensar la gerencia de las escuelas, y así se puedan vencer los desafíos del desarrollo de las sociedades modernas, como resultado del

proceso de globalización y democratización de las relaciones sociales, del avance científico y tecnológico, con gestores capaces de una acción participativa.

Palabras clave: Educación de adultos. Trabajo. Políticas educativas. Gestión participativa.

O mundo moderno está apresentando inúmeros desafios ao trabalhador. Em linhas gerais, a globalização da economia decorrente do processo de internacionalização do capital vem tornando as empresas altamente competitivas, com novas exigências em termos do perfil do trabalhador. Aqueles que não estiverem preparados, com sólida educação básica e efetiva qualificação profissional, serão inevitavelmente excluídos das organizações de trabalho. Isto se manifesta como uma problemática bastante contundente, quando se considera a juventude trabalhadora brasileira socioeconómicamente desfavorecida, que nem sempre tem acesso ao ensino regular, nem condições de continuar os estudos, abandonando a escola e perdendo a possibilidade de ampliar seus conhecimentos. Como consequência, ocupam posições inferiores nas empresas, com pouca ou nenhuma participação nas decisões acerca do planejamento; implicando diretamente em índices mais baixos de remuneração na escala salarial.

Com o desemprego estrutural, resultado das transformações no sistema produtivo, a situação se agrava especialmente para essa parcela da população jovem, o que vem gerar forte apreensão na sociedade em que vivemos. Por outro lado, pode-se dizer que a situação não é das mais confortáveis para os que conseguem manter-se no mercado, tendo em vista a pressão das organizações quanto às competências do trabalhador, para elevar o padrão de qualidade e produtividade no trabalho. Mesmo os sujeitos mais qualificados, ou seja, aqueles que conseguem permanecer na escola, concluindo um curso de nível médio ou superior, correm o risco de demissão, obrigando-os a aceitar uma remuneração inferior àquela recebida nos postos de trabalho que até então ocupavam.

Nesse sentido, a realidade em que os jovens brasileiros se inscrevem, atualmente, não é muito acolhedora quanto às perspectivas profissionais. As demandas de qualificação tecnológica no mundo do trabalho e um mercado altamente competitivo fazem parte desse cenário que o jovem precisa enfrentar. Ter boa formação geral e desenvolver ao máximo suas potencialidades são valores e ideais que se traduzem como desafios impostos pela sociedade moderna. Nos dias de hoje, conseguir uma inserção positiva no sistema produtivo, ou seja, uma primeira oportunidade de emprego não é tarefa

fácil, considerando que as ofertas de emprego são instáveis e sem garantias de direitos sociais. Segundo Pochmann (2000), os trabalhadores mais atingidos por essa situação têm sido, com frequência, aqueles com menos escolaridade, com menos tempo de serviço, pessoas de cor, deficientes e os jovens que buscam o primeiro emprego, levando-os a aceitar condições trabalhistas desfavoráveis, podendo, inclusive, correr o risco de ser despedidos caso decidam sindicalizar-se.

Levando em conta o desemprego estrutural, um dos problemas psicossociais mais graves que a sociedade vem enfrentando, tem ocorrido no aumento do mercado informal, vinculado à abolição dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Estudos que vêm sendo realizados com jovens favelados, evidenciam que eles valorizam os cursos profissionalizantes do SENAI e do CEFET, tendo em vista que qualquer ocupação um pouco melhor já exige o atual ensino fundamental, quando não, o ensino médio, sendo o maior sonho, o ingresso numa grande empresa. Na impossibilidade de alcançar essa realização pessoal, eles acabam fazendo biscates, mantendo-se ociosos ou na melhor das hipóteses trabalhando numa pequena empresa, mesmo sabendo que serão expostos a todos os tipos de arbitrariedades, humilhações, exploração e instabilidade possíveis, como forma de sobrevivência, evitando a exclusão total a

que estão submetidos. Enfim, os processos de terceirização e de exploração infantil impregnam o jovem de pessimismo e negativismo, pois este passa a não acreditar mais no trabalho como fonte de auto-realização, o que faz com que a juventude se mostre marcada por uma atitude de extrema passividade. Além disso, os jovens desenvolvem sentimentos de individualismo, uma vez que precisam defender seus interesses pessoais, afastando-se de questões que afetam o conjunto de trabalhadores. Não há reflexão por parte dos jovens, em sua maioria, quanto à necessidade de coesão e companheirismo entre eles, visando à defesa de direitos comuns. Por conta da terceirização, ocorre o rompimento das relações sociais entre os trabalhadores e, conseqüentemente, na comunicação entre eles, uma vez que são espalhados por diversas células de produção e ligados a uma matriz por um terminal de computador, prestando os mesmos serviços, muitas vezes, na informalidade e com salários mais baixos. Nesse sentido, os trabalhadores perdem a representatividade diante de órgãos como os sindicatos, que poderiam defendê-los mediante suas necessidades primordiais.

As ameaças e inseguranças no mundo do trabalho induzem o trabalhador a, além de aceitar o salário e as condições de trabalho que são oferecidas, submeter-se à pressão pela realização de horas extras, desgastando-se no esforço de vestir a camisa da empresa e mostrar serviço.

Pinto (2001), em seu estudo sobre a organização e efeitos na motivação do trabalhador, assinala que, no mundo moderno, o profissional freqüentemente encontra-se em situação competitiva, buscando sobressair-se frente à equipe de trabalho. Seu objetivo é garantir um lugar ao sol no mercado de trabalho, visando à satisfação de suas necessidades básicas. Dessa forma, tende a submeter-se a situações desagradáveis no ambiente de trabalho, bem como a evitar relações mais afetivas e solidárias, deixando de lado seus direitos no que diz respeito à ética profissional. Segundo um dos participantes da referida pesquisa, o que prevalece é o individualismo e a falta de companheirismo nas relações de trabalho, quando se trata de sobreviver. Numa sociedade capitalista, o que está em pauta é o lucro exacerbado em detrimento dos valores humanos.

Nesses termos, igualmente, o estudo de Rebecchi (1990), acerca dos processos e dinâmica dos grupos de trabalhadores participantes de sua investigação, que lidavam diretamente com as novas tecnologias, constatou que eles vivenciavam problemas de isolamento, implicando no empobrecimento das relações. Os trabalhadores entrevistados por esse estudioso mencionaram aspectos, tais como: "Não existe mais um discurso coletivo, cada um vive sozinho"; "não podemos ter nem relações de amizades, nossos problemas são de defesa da individualidade".

(REBECCHI, 1990, p.101). De acordo com o autor, é preciso ser o melhor para continuar vivo, posto que só os melhores – obviamente segundo os parâmetros da empresa podem continuar. O lema “um por todos e todos por um” parece estar sendo substituído pelo seguinte: “cada um por si e Deus por todos” ou “salve-se quem puder”, na luta desesperada pela sobrevivência.

O rompimento nas relações sociais e, conseqüentemente, na comunicação entre os trabalhadores, pode trazer sérios prejuízos para eles, considerando-se as necessidades de reivindicação por direitos no trabalho. Quanto a esse aspecto, Rebecchi (1990, p. 67) fala da fragilidade dos sindicatos dos trabalhadores envolvidos com as novas tecnologias, o que é perfeitamente compreensível, se for levado em conta o afastamento do convívio social existente nesses segmentos de trabalho. A sugestão do autor, então, volta-se principalmente, para a necessidade de se resgatar o sentimento de grupo, através do diálogo, ainda que não seja uma tarefa fácil. Como relata esse estudioso, em sua obra: “para romper o isolamento, é necessário uma vontade, uma subjetividade que intervém”. Assim sendo, emergem para o sindicato grandes espaços”, desde que se entre na lógica segundo a qual tudo o que acontece não é inevitável, desde que se compreenda que se pode reunir novamente as pessoas, recomeçar a discutir e que desses níveis de agregação é possível obter propostas sobre o que fazer.

Considerando-se os problemas no mundo do trabalho evidenciados nos estudos realizados por Pinto (2001), dentre os quais, as condições de trabalho: salário, riscos de acidentes, não aplicabilidade ergonômica, relações interpessoais estremecidas entre chefia e subordinado e entre colegas; favoritismo, não reconhecimento, sistema rígido de controle, pressão quanto à produtividade e qualidade no trabalho, entre outros, torna-se imprescindível, também, resgatar o diálogo no mundo do trabalho, visando a uma melhor integração entre os membros da organização, o que facilita bastante a luta pelos direitos trabalhistas.

Há que se levar em conta que esses problemas são desencadeadores de sofrimento no trabalhador. A esse respeito Chanlat (1996, p. 25) afirma que “a organização aparece freqüentemente como um lugar propício ao sofrimento, à violência física e psicológica, ao tédio e mesmo ao desespero não apenas nos escalões inferiores, mas também nos níveis intermediários e superior”. A relação entre trabalhador e organização normalmente é conflituosa, tornando-se mais fácil entender, porque esta concepção instrumental e manipuladora do ser humano é contestada por alguns pesquisadores que se interrogam sobre as dimensões esquecidas, conforme Chanlat (1996). Por outro lado, é através do trabalho que o ser humano tem oportunidade de atender, de certa forma, as suas necessidades: seja as de consumo, mediante pagamento do salário, seja através de outros sistemas

de incentivos implementados na empresa. Vale dizer que o trabalho é uma das formas do ser humano sentir-se importante perante a família e a sociedade. A esse respeito, Frigotto (1998) defende que o trabalho é um direito e um dever do homem. Negar as possibilidades de um trabalho efetivo significa impedi-lo de construir a sua própria existência como cidadão livre. O autor acrescenta ainda que o ser humano é um ser pensante, que se projeta, e que através do trabalho, apropria-se de si mesmo, dos meios de vida e de tudo que é fruto de sua inventividade. Sem isso, o homem não se torna capaz de uma participação ativa na vida em sociedade para o pleno exercício de sua cidadania. Isto vai se refletir na sociedade contemporânea que se apresenta marcada por uma divisão dos sujeitos entre incluídos e excluídos. Portanto, urge a necessidade de se colocar, na pauta da emancipação do homem, o trabalho, a educação e a cidadania, visando reduzir as desigualdades e injustiças sociais.

Mudanças introduzidas tanto na organização do processo de trabalho, quanto no conteúdo do trabalho, ou seja, na natureza das atividades, nas exigências de qualificação ou requalificação profissional, configurando um novo tipo de trabalho e de trabalhador, provocam situações difíceis quer para os adultos quer para os jovens, sendo que no caso dos jovens estas situações ganham maior dramaticidade. Essa análise, impregnada de pessimismo e negatividade, acentua a

falta de perspectivas e possibilidades de pensar a construção do futuro.

Segundo Gentili (1998), o conceito de empregabilidade surge como um mecanismo que retira do capital e do Estado a responsabilidade pela implementação de medidas capazes de garantir um mínimo de condições de sobrevivência para a população. Responsabilizando os indivíduos pelo estabelecimento de estratégias capazes de inseri-los no mercado de trabalho, justifica-se o desemprego pela falta de preparação dos mesmos para acompanhar as mudanças existentes no mundo do trabalho e, conseqüentemente, não cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir à população aquilo que é de cunho privado. Quem desejar ter um número maior de competências deve buscar consegui-las por conta própria.

Numa sociedade desigual, injusta e capitalista, baseada nos princípios da eficiência, produtividade e individualidade, os jovens desfavorecidos socioeconomicamente são atropelados por um forte sentimento de impotência e desesperança em definir um projeto de vida. Esses mesmos jovens, com a imagem de seus pais, de suas condições insatisfatórias de trabalho, desenvolvem um sentimento de desencantamento no mundo do trabalho, não acreditando neste como fonte de realização pessoal e, sim, como fonte de satisfação meramente material e utilitarista. E isso se mostra evidente mediante resultado da pesquisa realizada por Pinto (2001),

quando o trabalhador se vê pressionado a abrir mão do estudo como fator de realização pessoal para ingressar no mercado de trabalho, buscando atender suas necessidades básicas. Na concepção de Maslow (1977), é impossível pensar em auto-realização quando se tem fome.

Nesta linha de pensamento, fica bem evidente a necessidade de se focalizar a questão do jovem numa perspectiva de integração educação e trabalho, porque grande parte da população de centros urbanos, pertencente à camada menos favorecida socioeconomicamente, se vê diante da exigência de sua inserção precoce no mercado de trabalho, para sobreviver, muitas vezes desde 10 anos de idade ou até menos. Observa-se no dia a dia dos centros urbanos que muitos menores precisam trabalhar na busca de atendimento as suas necessidades básicas, embora estejam na faixa etária estabelecida como de obrigatoriedade escolar para cursarem o ensino fundamental, de 7 a 14 anos, como estabelece a legislação educacional em vigor. E é isso que ocorre no Rio de Janeiro. Nesse contexto, o jovem se encontra, por um lado, como uma criança dependente de seu grupo familiar, mas, por outro, como um adulto, buscando sua emancipação econômica, sua autonomia. Essa população jovem e pobre é atingida drasticamente pela falta de uma política que tenha, dentre suas prioridades, a do pleno desenvolvimento social do país.

Fernandes (2002), em pesquisa realizada sobre a realidade educacional

de jovens em situação de risco, tomando por base dados oriundos dos seguintes documentos oficiais: PNAD 1999, Censo 2000 – IBGE/Censo Educacional 2000 – INEP, mostra que no Brasil há cerca de 34 milhões de jovens residentes de 15 a 24 anos dos quais 57% não completaram o Ensino Fundamental. Em termos de Estado do Rio de Janeiro, 47,5% de 2.616.399 jovens residentes de 15 a 24 anos também não concluíram o Ensino Fundamental, podendo-se estimar que estejam desempregados ou trabalhando no mercado informal, por não possuir o certificado de Ensino Fundamental, enfim, enfrentando grandes dificuldades para sua ascensão social.

O jovem está, pois, diante de um impasse: frequentar a escola defasada da realidade (FERNANDES, 2002) ou se engajar no mundo do trabalho para atender as suas necessidades, numa sociedade caracterizada pela força crescente dos padrões de consumo e, também, crescente dificuldade de efetiva realização pessoal através do trabalho e da educação.

Face a esta situação, a escola precisa ser repensada quanto às suas funções e ao seu papel na formação das novas gerações, tomando por base as dimensões política, econômica, social, ética, cultural e ambiental. Ao se focalizar o problema da juventude na sua relação com a escola e o trabalho, torna-se necessário refletir sobre a própria noção de juventude que, como afirma Spósito (1992, p. 46), é “complexa e historicamente determinada”. Não se

pretende, no entanto, tratar da questão do jovem em geral, mas do jovem já inserido no mundo do trabalho e pertencente à camada socioeconomicamente desprivilegiada da sociedade brasileira.

O sistema escolar e o mundo do trabalho

Mediante transformações no sistema produtivo, tem-se intensificado no setor educacional apelos em prol da qualidade da educação. São freqüentes as análises centradas em mostrar o ajuste inevitável, a correspondência orgânica, a absoluta concordância entre a escola e as políticas educacionais com a lógica produtiva. Continua-se enfatizando a escola como resposta às novas demandas de produção, como agência mais eficaz para socializar, incutir e reproduzir os novos paradigmas econômicos, sociais e culturais que se estabelecem hegemonicamente (ARROYO, 1999). O que mais impressiona é a certeza com que são afirmados os vínculos entre as demandas da produção e as respostas dadas pela escola. O campo educacional é hoje, claramente, um campo colonizado pelo discurso e pelas estratégias empresariais de gerência.

As reformas educacionais conduzidas pelas políticas neoliberais têm sido alguns dos principais canais dessa transferência da lógica empresarial para o campo educacional.

Dentre as políticas inovadoras, convém destacar os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) – PCN, elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, coerentes com as diretrizes do Banco Mundial que vêm norteando uma série de medidas que objetivam tornar a educação mais sintonizada com as demandas empresariais. Com base na definição de competências, desenham-se os currículos escolares com enfoque altamente economicista e eficientista que os fundamenta, impedindo, segundo Candau (1999) um olhar mais amplo e abrangente sobre a educação.

Nesse sentido, é preciso que se coloque em pauta a função educativa da escola, comprometida com um sistema de ensino democrático, que busque a superação das injustiças e desigualdades sociais.

Na visão de Paro (1999, p.113), servir ao capital tem sido o grande erro da escola básica. Para o autor, a escola tem contribuído muito para o mercado de trabalho, não quando tenta diretamente formar profissionais para exercer suas funções no sistema produtivo, mas quando deixa de lado suas outras funções sociais relacionadas à dotação de um saber crítico a respeito da sociedade do trabalho alienado, uma vez que o fato de não preparar para a crítica do trabalho já é uma forma de preparação. Sendo assim, faz-se necessário que a escola “concorra para a formação de

cidadãos atualizados, capazes de participar politicamente, usufruindo daquilo que o homem historicamente produziu, mas ao mesmo tempo dando sua contribuição criadora e transformadora da sociedade”.

Nesse sentido, o modelo correspondente de currículo consistiria num currículo que fosse capaz de transmitir o conhecimento e as informações necessárias para a formação integral, crítica e política do trabalhador.

Entretanto, a estrutura dos PCN se articula pelas áreas clássicas do conhecimento, reduzindo a função da escola à transmissão de programas predefinidos e previstos para cada matéria. “Inovar a escola, nessa ótica, passa por selecionar um novo conjunto de conteúdos, de competências e de atitudes que deverão ser ensinadas e aprendidas” (ARROYO, 1999, p. 136). Conforme o autor, essa é uma visão estreita de currículo, não considerando o sistema educativo como um todo, ou seja, sua organização, os procedimentos, as relações internas, as práticas diversas dos sujeitos da ação educativa. Ainda que o documento Introdução (PARÂMETROS..., 1998) apresente um discurso que tenta desfazer essa visão tradicional, insistindo no caráter aberto e flexível da proposta e no reconhecimento da autonomia da escola e do professor, é preciso questionar se os PCN modificam ou reforçam determinadas culturas político-pedagógicas, como, por exemplo, a cultura tutorial sobre a escola.

O conhecimento escolar não é uma representação neutra da realidade, mas, sim, socialmente selecionado e organizado, sendo que as visões de mundo e de sociedade subjacentes ao currículo não estão a serviço de todos, sobretudo, dos excluídos. Isso significa dizer que as escolas não são ideologicamente inocentes, uma vez que estabelecem as condições sob as quais alguns indivíduos e grupos definem os termos pelos quais os outros vivem, resistem, afirmam e participam na construção de suas próprias identidades e subjetividades (GIROUX, 1997).

Gimeno Sacristàn (1995) propõe que o currículo se fundamente no multiculturalismo, no qual os interesses de todos sejam representados democraticamente. Mas, para torná-lo possível, é necessária uma estrutura curricular diferente da dominante e uma mentalidade diferente por parte dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Na prática, alunos, professores, pais, direção e agentes, que confeccionam os materiais escolares, deverão ser reflexivos e culturalmente comprometidos. Estrutura e currículo têm de ser elaborados e desenvolvidos de modo que a escola seja considerada um projeto aberto, no qual caiba uma cultura que respeite a heterogeneidade e seja um espaço de diálogo e de comunicação entre grupos sociais diversos. Trata-se de criar um contexto democrático de decisões sobre os conteúdos de ensino, configurando uma idéia mais ampla e real de escolarização. Na visão de

Moreira e Santos (1995, p. 63), os conteúdos têm de ser vistos como algo a ser questionado, analisado e negociado e não divorciado do significado humano. “Os conteúdos devem ser selecionados e organizados de modo a fortalecer o poder e a autonomia de grupos que estejam submetidos a qualquer forma de exploração, opressão e discriminação”. E isso implica em enfatizar uma pedagogia crítica do trabalho e da educação, rompendo com o discurso ideológico de que a posição social das pessoas se deve à falta de escolaridade e não às injustiças intrínsecas próprias de uma sociedade capitalista.

Nesta perspectiva, uma análise mais refinada da realidade da escolarização e das práticas cotidianas na sala de aula torna claro aquilo que os alunos aprendem na situação escolar e, também, aquilo que deixam de aprender. Sendo assim, o conhecimento deve ser contextualizado, problematizado na ação pedagógica, levando em conta no processo ensino-aprendizagem as dimensões ética, política, econômica e cultural, o que poderá contribuir significativamente para a superação do fracasso escolar. Os alunos devem ser incentivados a exercitar o pensamento crítico, buscando sua autonomia e emancipação social. Dessa forma, não se perde a dimensão mais ampla da educação.

Política e gestão: a educação do jovem trabalhador em questão no mundo moderno

Atualmente, início do século XXI, está em curso a Terceira Revolução Industrial – a revolução microeletrônica, envolvendo novas formas de automação e robótica, que determinam modificações profundas nos modos de produção nos sistemas das organizações e nas relações sociais no trabalho. Surge, pois, a necessidade de um trabalhador que seja o protótipo da flexibilidade, tido como contraponto básico ao esgotamento daquele trabalhador massificado que o taylorismo e o fordismo cunharam. Assim, quando se analisa a relação entre o processo de reestruturação produtiva e o perfil do trabalhador, verifica-se que a escolaridade básica, a capacidade de adaptação às novas situações, a compreensão global de um conjunto de tarefas e de funções complexas são essenciais para que o trabalhador consiga manter-se no mercado de trabalho, demandando, cada vez mais, capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretação das informações.

Deluiz (1996), outrossim, afirma que a capacidade de pensar, planejar, refletir, inovar, avaliar, autogerenciar, trabalhar em grupo e desenvolver relações interpessoais com os clientes, no assessoramento, no aconselhamento e com outros empregados que

trabalham interligados na rede de informações, ou com os níveis hierárquicos mais próximos; completam o perfil exigido do novo trabalhador dos setores avançados e dinâmicos da economia, como o terciário.

A partir da adoção sistemática da palavra flexibilidade pelo mundo do trabalho para designar processos e organização do trabalho ágeis -, em oposição à palavra engessamento – comumente citada para caracterizar processo e organização do trabalho, antigo, lento e imutáveis; pode-se pensar que as mudanças provenientes da reestruturação produtiva vão incidir sobre o tempo. Tempo esse atravessado por velocidades extraordinárias que desvalorizam passado, presente e futuro e que, portanto, necessitam de novas compreensões. Hoje, os novos padrões tecnológicos proporcionam aos sujeitos, a experimentação de um tempo calcado na velocidade. Esta realidade tem gerado modos de trabalhar diversos, exigindo dos trabalhadores e das organizações freqüente capacidade de adaptação às mudanças. Na verdade, o surgimento da empresa flexível é o resultado de uma conjugação de acontecimentos: mutações no ambiente, novas tecnologias e novas formas organizacionais.

Outros fatores do contexto histórico, igualmente, contribuem para a implantação desse modelo de empresa, dentre eles os novos valores

advindos de sociedades mais democráticas e participativas, sendo que a adoção das novas técnicas de produção e dos chamados programas de qualidade implica em mudanças significativas nas empresas. Com tais mudanças, as instituições e todas as formas organizacionais, pressionadas por esses avanços, tendem a ser também mais democráticas. A maior participação e a autonomia do empregado na empresa flexível são, em parte, reflexos dessa onda de busca de democracia nas organizações. Com o novo cenário internacional, é urgente mudar: desde a formação do trabalhador, os sistemas de trabalho e os modos de produção. Esta evolução suscita mudanças estruturais, que se traduzem em novos níveis de racionalidade na sociedade como um todo e nas organizações em particular, baseadas na capacidade permanente de inovação do homem. Os novos princípios da administração da empresa flexível passam a envolver autonomia, integração, descentralização e flexibilidade.

O trabalhador conquista autonomia, à medida que ele próprio programa e executa seu trabalho, aumentando seu espaço de tomada de decisão, frente a situações-problema. A competitividade empresarial dependerá de trabalhadores mais qualificados, que saibam pensar, criar e resolver problemas imprevisíveis, por iniciativa própria. Equipes de trabalho têm a liberdade de planejar, a capacidade de decidir e de organizar o próprio trabalho. E isso foi exatamente constatado na pesquisa de Pinto (2001),

já mencionada anteriormente, quando os trabalhadores entrevistados afirmaram que a autonomia para gerir seu trabalho é um dos aspectos mais positivos da empresa em que atuam no ramo de comunicação móvel e instantânea, dependendo principalmente do esforço pessoal e de sua capacidade para tomar iniciativas. A autonomia ocasiona maior envolvimento e interferência do trabalhador no processo de produção de bens de serviços. Um profissional/cidadão multiquificado, com uma boa dose de educação geral, terá maior possibilidade de aperfeiçoamento contínuo e de manutenção de sua autonomia.

Sobre essa questão, Frigotto (1998) ressalta que é preciso uma educação e formação que desenvolvam atitudes básicas no plano do conhecimento, e que, conseqüentemente, produzam competências para gestão da qualidade, produtividade, competitividade e empregabilidade. Contudo, ressalta o referido autor, por trás desta aparência de modernidade podem persistir sérios problemas de exclusão social. À medida que os critérios de seleção de pessoal privilegiam níveis mais elevados de educação e qualificação, deixam de lado parcelas significativas da população. Frigotto (1998, p. 38), aponta que a crise que vem atingindo o capitalismo desde o final do século passado, isto é, “a manutenção das profundas desigualdades, agora ampliadas entre o hemisfério Norte e Sul, e o tormento do aumento exponencial do desemprego estrutural,

precarização do trabalho sob a denominação de flexibilização” evidencia que os críticos do capital humano tinham razão. Portanto, o balanço que se pode fazer “não é nada auspicioso”. Segundo este autor (FRIGOTTO, 1998) “trinta anos depois da disseminação da teoria do capital humano”, nada do que era proposto se concretizou: “a possibilidade da igualdade entre nações e entre grupos sociais e indivíduos mediante maior produtividade” e, por conseguinte, “em termos das nações, maior competitividade e equilíbrio e, entre grupos e indivíduos, ascensão na carreira profissional, mobilidade social e conseqüentemente diminuição das desigualdades”.

Diante disso, é fundamental considerar a educação de jovens e adultos no contexto das políticas públicas brasileiras, após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Lei 9394/96 que trata no seu título V (Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino), capítulo II (Da Educação Básica), em sua seção V denominada Da Educação de Jovens e Adultos (EJA), colocando-a, portanto, como uma modalidade da Educação Básica, em termos de ensino fundamental e médio. Convém ressaltar, em especial, o Parecer CNE/CEB n.11/2000 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2000), que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos, quando comenta o artigo 37 da referida LDB, mostrando que os cursos da EJA e os exames supletivos são meios

através dos quais o poder público procura tornar viável o acesso à escola e o prosseguimento de estudos, em caráter regular, aos jovens e adultos, tendo em vista uma base comum dos componentes curriculares.

Na Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em 1990, Jomtien, Tailândia, da qual o Brasil participou, representantes da política e da investigação educacional, dirigentes de governos e organizações não governamentais debateram questões relativas à satisfação das necessidades básicas de aprendizagem do homem, considerando tanto os instrumentos imprescindíveis no processo de aprendizagem (a alfabetização, a expressão oral, a aritmética e solução de problemas) quanto o conteúdo básico de aprendizagem (conhecimentos, capacidades fundamentais, valores e atitudes), que todas as pessoas precisam para sobreviver, desenvolver suas potencialidades, trabalhar dignamente, tomar decisões conscientemente e participar do desenvolvimento de uma sociedade, marcada pelo avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação, e melhorar sua qualidade de vida. Diante disso, o Brasil está precisando cada vez mais, enfrentar um grande desafio em termos de educação de jovens e adultos, uma vez que ela já não se refere apenas à população que jamais foi à escola; mas se estende também às pessoas que freqüentaram bancos escolares e neles não conseguiram aprendizagem suficiente

para participar efetivamente da vida econômica, política e cultural do país e seguir aprendendo ao longo da vida. Isto está fazendo crescer a necessidade de iniciativas da sociedade civil na educação de jovens e adultos, difundindo-se práticas de parceria com o envolvimento de universidades, movimentos sociais, organizações não-governamentais, sindicatos, organismos empresariais e órgãos públicos, com a configuração de “um terreno de experimentação de diferentes concepções do que possa vir a ser, num contexto de reforma do Estado, os serviços públicos não-estatais” (HADDAD; DIPIERRO, 2000, p. 128). Nesse sentido, muitas entidades podem contribuir em parceria com o Estado ou não, no sentido de tornar as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas, o que depende, sem dúvida, de seu empenho na formação dos educadores.

Na legislação educacional brasileira, não se percebe, no entanto, uma solução efetiva para o problema da dualidade estrutural histórica do sistema de ensino, não se tendo conseguido, ainda, superar a separação existente entre educação geral e formação profissional, ainda que se torne evidente no próprio parecer a preocupação e o reconhecimento da necessidade de uma educação básica comum articulada, integrada, com a educação profissional, na sociedade moderna, na qual novas formas de relação passaram a existir entre ciência, trabalho e educação.

Isto está exigindo, portanto, maior compromisso e investimento do poder público em termos da gestão em educação, para a formação inicial e contínua dos professores e gestores escolares que possam se engajar na educação de jovens e adultos, para que o Brasil tenha condições de enfrentar os desafios do desenvolvimento contemporâneo das sociedades modernas, em decorrência do processo de globalização e de democratização das relações sociais, bem como do avanço científico e tecnológico. Assim sendo, esses gestores precisam capacitar-se, de fato, para construir projetos político-pedagógicos nas escolas numa visão de gestão participativa.

Esta tarefa, certamente, não é fácil, pois a gestão democrática necessita ser construída ao longo de um processo educativo, em que o diretor vive entre pressões oriundas das relações entre professores, funcionários, pais e alunos. Cada um tem que reconhecer qual é o seu papel, suas atribuições e

responsabilidades no processo e saber que a ação deve ser de conjunto, posto que, como diz Paro (1999, p. 61), “a administração escolar democrática terá como característica a participação efetiva dos diversos setores da escola e da comunidade”. É fundamental que haja oportunidades para a reflexão coletiva, propiciando diálogo, comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo e descentralização do poder, como enfatiza Veiga (1995).

A gestão da escola é um fator crucial no campo educacional, numa perspectiva de integração trabalho/educação, para que ela venha a efetivar a formação de crianças, jovens e adultos para o exercício da cidadania no mundo contemporâneo, no qual grandes mudanças e inovações estão ocorrendo nos processos produtivos, exigindo de todos habilidades e competências que precisam ser desenvolvidas na instituição escolar, no trabalho e na vida.

Referências bibliográficas

ARROYO, M. G. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, A. F. (Org.). *Currículo: políticas e práticas*. São Paulo: Papirus, 1999. p.115-129.

_____. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JUNIOR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Org.). *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999. p.13-41.

BRASIL. Congresso. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. v. 1.

CANDAU, V.M. Reformas educacionais hoje na América Latina. In: MOREIRA, A. F. (Org.). *Currículo: políticas e práticas*. São Paulo: Papirus, 1999. p. 29-42.

CHANLAT, J. F. *O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1996.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer CNE/CEB nº. 11, de 10 de maio de 2000. *Pareceres*. Brasília, DF: MEC/CEB, 10 maio de 2000. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer>>. Acesso em: 10 jul. 2003.

DELUIZ, N. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. *Boletim Técnico do SENAC/RJ*, Rio de Janeiro, p. 15-21, maio/ago. 1996.

FERNANDES, R. C. *Educação de jovens em situação de risco: dados do problema e ações da sociedade*. Rio de Janeiro: Viva Rio, 2002. Relatório de pesquisa.

FRIGOTTO, G. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 76-92.

GIMENO SACRISTÀN, J. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Org.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, SP, n. 14, p. 108-130, maio/jun./ago. 2000.

MASLOW, A. H. Uma teoria da motivação humana. In: BALCÃO, Y. F.; CORDEIRO, L. L. (Org.). *O comportamento humano na empresa: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

MOREIRA, A. F.; SANTOS, L. L. C. P. Currículo: questões de seleção e de organização do conhecimento. In: TOZZI, D. et al. (Org.). *Currículo, conhecimento e sociedade*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995. p. 47-64.

PARÂMETROS curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1998. v.1.

PARO, H. *Administração escolar*: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JUNIOR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Org.). *Trabalho, formação e currículo*: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p.101-120.

PINTO, T. J. C. *Organização do trabalho e efeitos na motivação do trabalhador na área de vendas em empresa multinacional de telefonia móvel na Cidade do Rio de Janeiro*: perspectivas da educação em serviço. 2001. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2001.

REBECCHI, E. *O sujeito frente à inovação tecnológica*: automação e trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, IBASE, 1990.

SPOSITO, M. P. Jovens e educação: novas dimensões da exclusão. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 11, n. 56, p. 43-53, out./dez. 1992.

VEIGA, I. P. A. (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola*: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

Recebido em: 12/07/2004

Aprovado para publicação em: 27/02/2005